

Relatório

FAE

1985

Presidente da República

JOSÉ SARNEY

Ministro da Educação

MARCO MACIEL

Presidente da Fundação de Assistência ao Estudante

CARLOS PEREIRA DE CARVALHO E SILVA

Superintendente da Fundação de Assistência ao Estudante

JOSÉ CARLOS DIAS DE FREITAS

Diretor de Apoio Didático e Pedagógico

EGBERTO DA COSTA GAIA

Diretor de Apoio Complementar

GENUINO BORDIGNON

Diretor de Planejamento

MILTON CLÁUDIO DA SILVA

Diretor de Apoio Alimentar e Nutricional

PAULO ROBERTO DA COSTA MIRANDA

Diretora do Instituto de Recursos Humanos João Pinheiro

REGINA ALMEIDA

1985

FAE

Relatório

RELATÓRIO FAE. Brasília, Fundação de Assistência
ao Estudante, 1983 — Anual.

Títulos anteriores: 1983 Relatório de Atividades;
1984 Relatório Anual.

Continuação do Relatório Anual da CNAE —
1967/1980 e INAE — 1981/1982.

APRESENTAÇÃO.....	5
PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.....	8
PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO.....	11
PROGRAMA DE MÓDULO ESCOLAR.....	12
PROGRAMA DE SALAS DE LEITURA.....	14
PROGRAMA DE BOLSAS DE ESTUDO DE 1º E 2º GRAUS.....	15
PROGRAMA DE BOLSAS DE TRABALHO.....	16
PROGRAMA DE SAÚDE DO ESCOLAR.....	17
PROGRAMA DE RESIDÊNCIA ESTUDANTIL E AUXÍLIO-MANUTENÇÃO.....	18
PROGRAMAS ESPECIAIS: EDURURAL, GETAT E MONHANGARA.....	19
ATUAÇÃO DAS REFAE's.....	20
A FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE.....	22
DESEMPENHO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO.....	26
ANEXOS.....	29



Carlos Alberto Pereira EBN - MG

"A assistência ao estudante constitui um dos pontos fortes do Programa do Ministério da Educação. Ela não traduz uma atitude paternalista, mas um esforço para alcançar a gratuidade ativa em lugar de simplesmente proporcionar um ensino sem os elementos complementares que lhe assegurem a eficácia; isto seria a mera gratuidade passiva. Daí, a merenda escolar, o livro didático e todas as demais iniciativas que visam a esse objetivo".

Marco Maciel

A publicação deste Relatório, sintetizando as principais realizações da FAE, contribuirá, certamente, para o conhecimento público do quanto foi desenvolvido em favor de uma melhor assistência ao estudante carente, em 1985, e dos desafios que enfrentaremos em 1986, objetivando dar plena execução ao Programa de Prioridades Sociais, sob responsabilidade deste órgão.

Dentre as importantes medidas, adotadas, ao longo de 1985, pelo Ministério da Educação, definindo uma filosofia democrática e liberal para a educação, cumpre destacar o lançamento do programa "Educação para Todos", pelo Presidente José Sarney, em 31 de maio, ocasião em que afirmou que "a sociedade não pode conviver com a dramática realidade formada por milhões de crianças fora da escola". Seus objetivos buscam assegurar a universalização da educação básica e a erradicação do analfabetismo, atentando-se para a qualidade do ensino e para a mobilização e participação da sociedade.

Entre suas ações imediatas, o programa "Educação para Todos" contempla a assistência a todo aluno carente mediante o fornecimento de merenda escolar, livro e material didático.

Outro evento de importância histórica ocorreu em 24 de julho, com a sanção da lei que regulamenta a emenda do Senador João Calmon à Constituição, estabelecendo que a União aplicará, anualmente, nunca menos de 13% e, os Estados, o Distrito Federal e os municípios 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino. Com isto, as dotações orçamentárias destinadas a FAE aumentam substancialmente possibilitando que se possa converter em realidade a democratização do ensino e assegurar, não apenas nominalmente, mas de fato, o direito à educação.

Destacamos, ainda, a instituição do Programa Nacional do Livro Didático, com a finalidade de distribuir livros escolares aos estudantes matriculados nas escolas públicas de 1.º grau, e desenvolvido com dois requisitos inovadores: a participação efetiva dos professores, mediante análise e indicação dos títulos dos livros a serem adotados e a adoção de livros reutilizáveis. Afinal, renovar a cada ano os livros de texto para milhões de escolares representa pesado dispêndio financeiro que não atende os interesses da sociedade e de duvidosa eficácia pedagógica.

Ressaltamos, também, os estudos desenvolvidos para a descentralização da merenda escolar, a nível municipal, com o objetivo de desconcentrar o poder decisório, ofertando melhor qualidade de serviços à população estudantil, estimulando a participação comunitária como instrumento viabilizador do processo e a integração da merenda escolar ao processo educativo. Prevê-se a celebração dos primeiros convênios já no início de 1986.

O cumprimento das importantes missões a cargo da FAE somente foi possível graças ao descritivo e ao decisivo apoio do Ministro Marco Maciel e de sua equipe de trabalho, a quem deixamos assinalado o reconhecimento deste órgão. Constitui, também, grato dever agradecer aos Diretores e servidores cuja dedicação e esforço permitiram à FAE a concretização de importantes programas e projetos e os bons resultados obtidos no exercício. Expressamos, também, reconhecimento aos órgãos de imprensa, aos órgãos públicos e à classe empresarial pela valiosa colaboração prestada.

Para 1986, mesmo mantido o regime de austeridade, imposto pela atual conjuntura econômica, prevemos excelentes perspectivas para esta Fundação, permitindo-lhe ampliar seus programas e seus benefícios, fiel à diretriz da Nova República de resgatar a imensa dívida social com a Nação.

Carlos Pereira de Carvalho e Silva
Presidente



Carlos Alberto Pereira EBN - MG

“Não há democracia em país algum onde exista o fantasma da fome e da subnutrição”

Presidente José Sarney

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Este Programa foi criado para assegurar assistência alimentar às crianças do pré-escolar e do 1º Grau, em estabelecimentos oficiais de ensino e filantrópicos. Objetiva, também, contribuir para maior eficácia do sistema educacional, melhorando a capacidade de aprendizagem do educando, reduzindo o índice de absenteísmo, evasão e repetência e formando melhores hábitos alimentares.

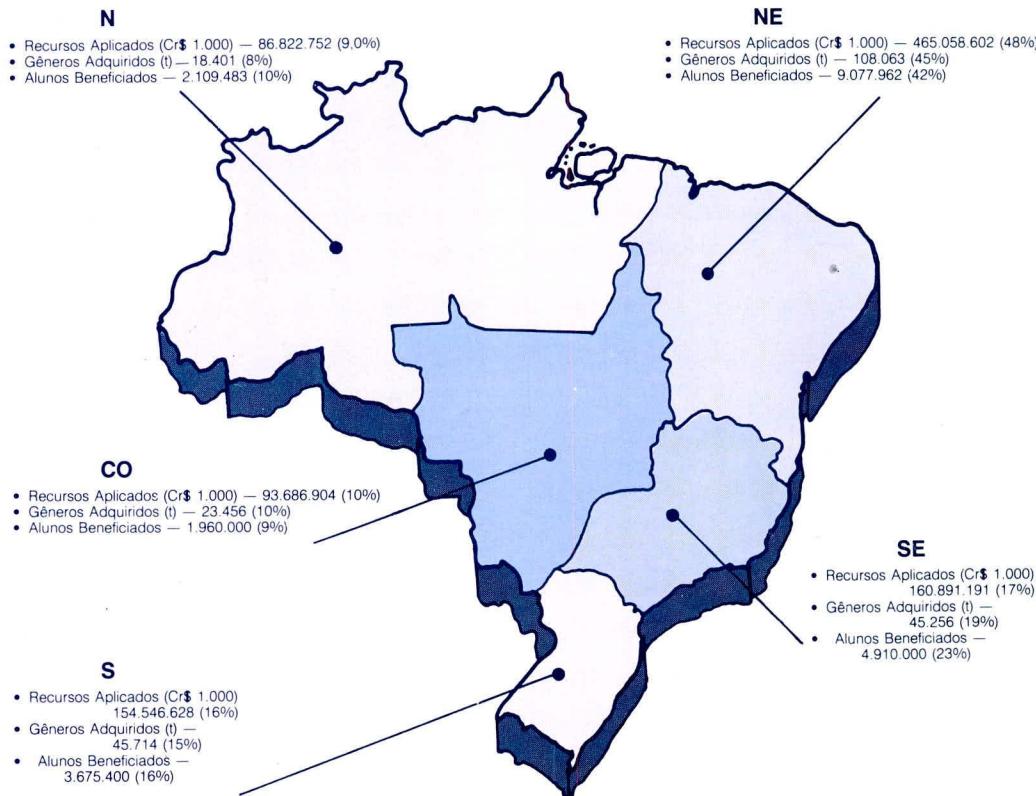
O PNAE proporcionou, em 1985, alimentação para 21,7 milhões de crianças matriculadas na rede oficial de ensino, a um custo de Cr\$ 1,2 trilhão. Foram distribuídas 240.890 toneladas de alimentos durante o ano de 1985 (ver gráfico) nos 180 dias do período letivo, contra os 140 dias de 1984.

Em 1986, com recursos de Cr\$ 8,5 trilhões, este Programa deverá atender a 30 milhões de escolares (25 milhões de alunos entre 7 e 14 anos e, adicionalmente, 5 milhões de irmãos em idade pré-escolar) durante 270 dias do ano, inclusive no período de férias.

Cumpre ressaltar a expansão da rede de laboratórios conveniados — de 24 para 33 — visando atender as necessidades do Sistema de Controle de Qualidade; a implantação de um Programa de Controle Regular Nutricional e a revisão dos Manuais Técnicos.

Com um custo de Cr\$ 88,642 bilhões, a FAE fortaleceu a infra-estrutura de material de cantina por outro lado, promoveu a supervisão técnica e capa-

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR — 1985



ANO	RECURSOS APLICADOS EM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (CR\$ 1.000)	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ADQUIRIDOS (t)	ALUNOS ATENDIDOS
1983	58.613.055	96.716,9	19.542.393
1984	166.500.158	119.375,4	20.837.586
1985	961.006.077	240.890,0	21.732.845

citação de recursos humanos para atuar no PNAE nos níveis estadual, regional e municipal, num investimento de Cr\$ 996 milhões.

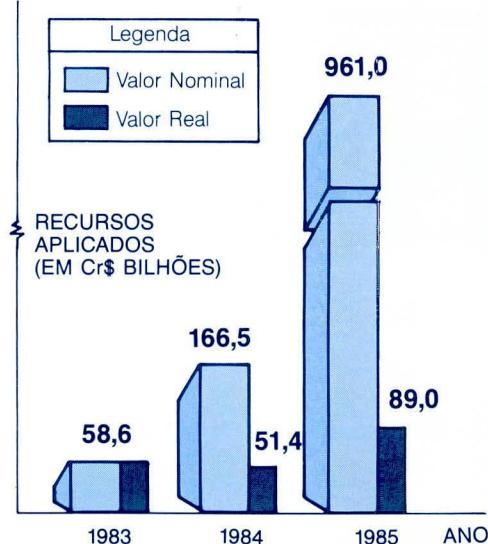
Ainda, em 1985, foram reformados quatro armazéns, nos Estados de Pernambuco, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Foram gastos nestas obras recursos de Cr\$ 898 milhões.

A supervisão da FAE pautou-se por uma melhor operacionalização do con-

trole de qualidade dos alimentos, melhor aquisição/acompanhamento da entrega dos gêneros, armazenagem e utilização de cardápios alternativos.

Para isso, em articulação com os Estados, considerou-se os hábitos alimentares regionais, a disponibilidade de alimentos, balanceamento nutricional, condições sócio-econômicas dos beneficiários, infra-estrutura das escolas etc.

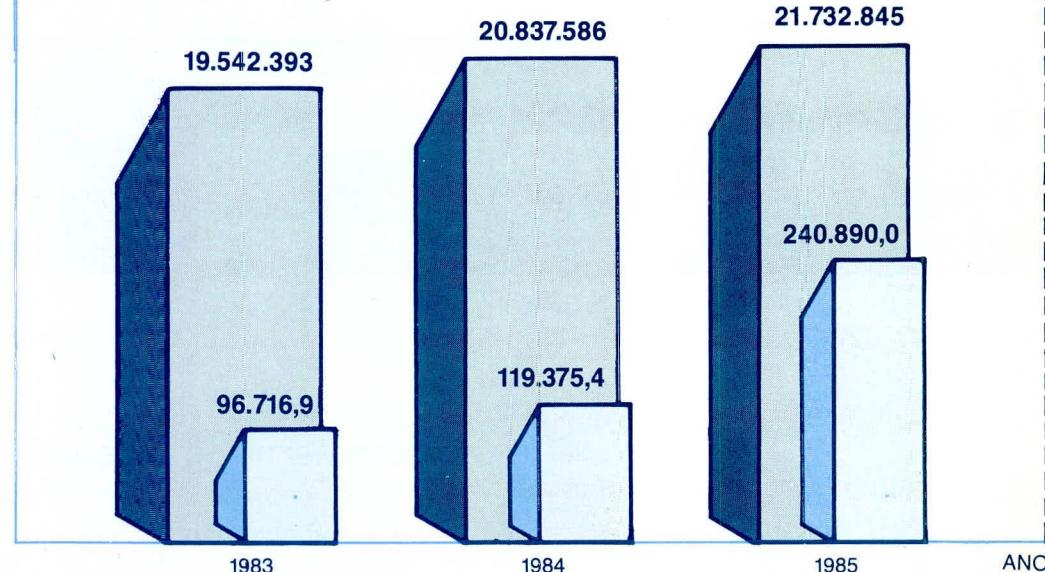
BRASIL — PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
RECURSOS APLICADOS NA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS — VALORES NOMINAIS E REAIS⁽¹⁾ — 1983-85
ANO BASE: 1983

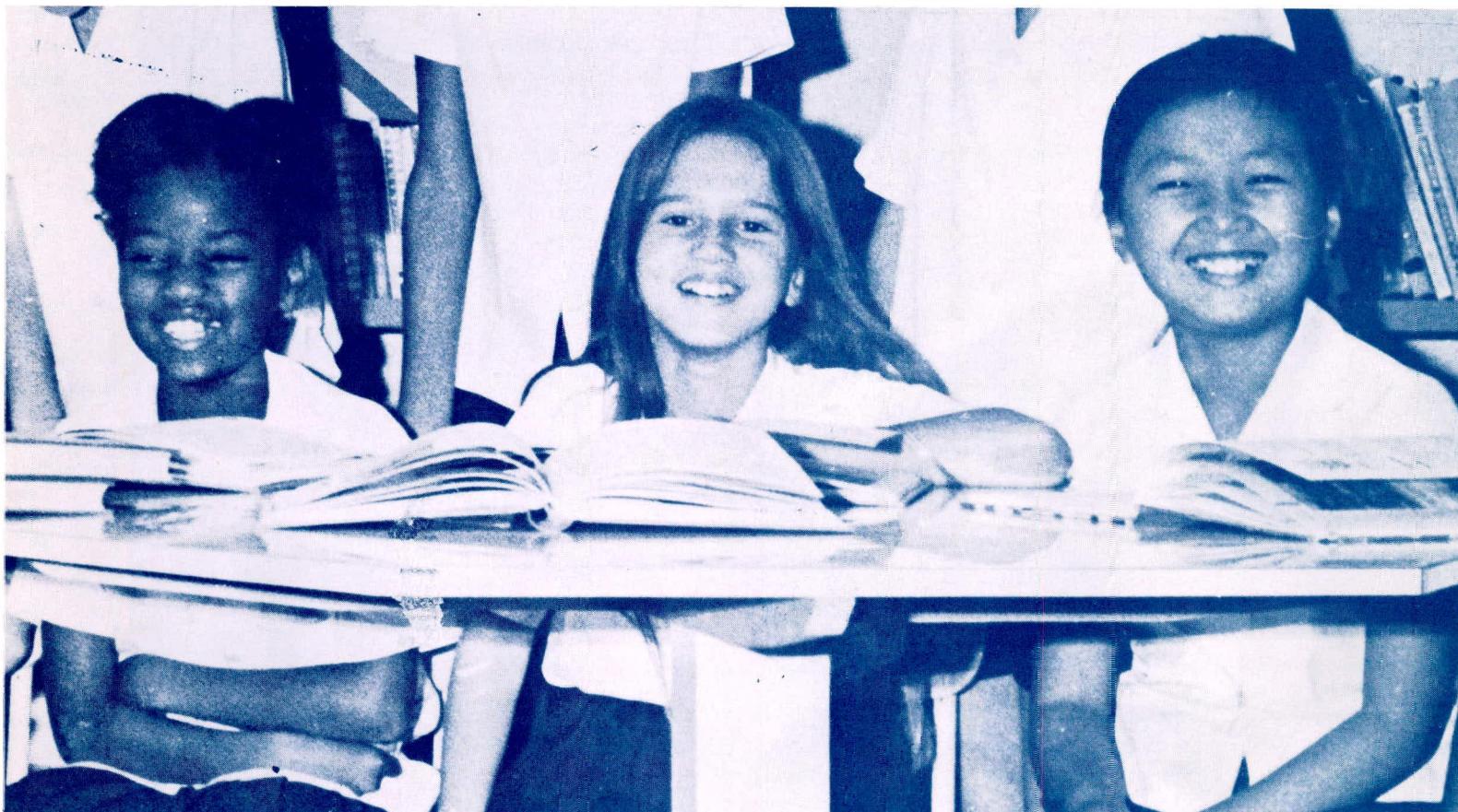


BRASIL — PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
ALUNOS BENEFICIADOS E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS
DISTRIBUÍDOS — 1983-85

ALUNOS BENEFICIADOS

GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (t)





Arquivo CCS/MEC

“O livro descartável não é necessidade educativa, é luxo de educação”

Presidente José Sarney, em 19/08/85, no lançamento do PNLD

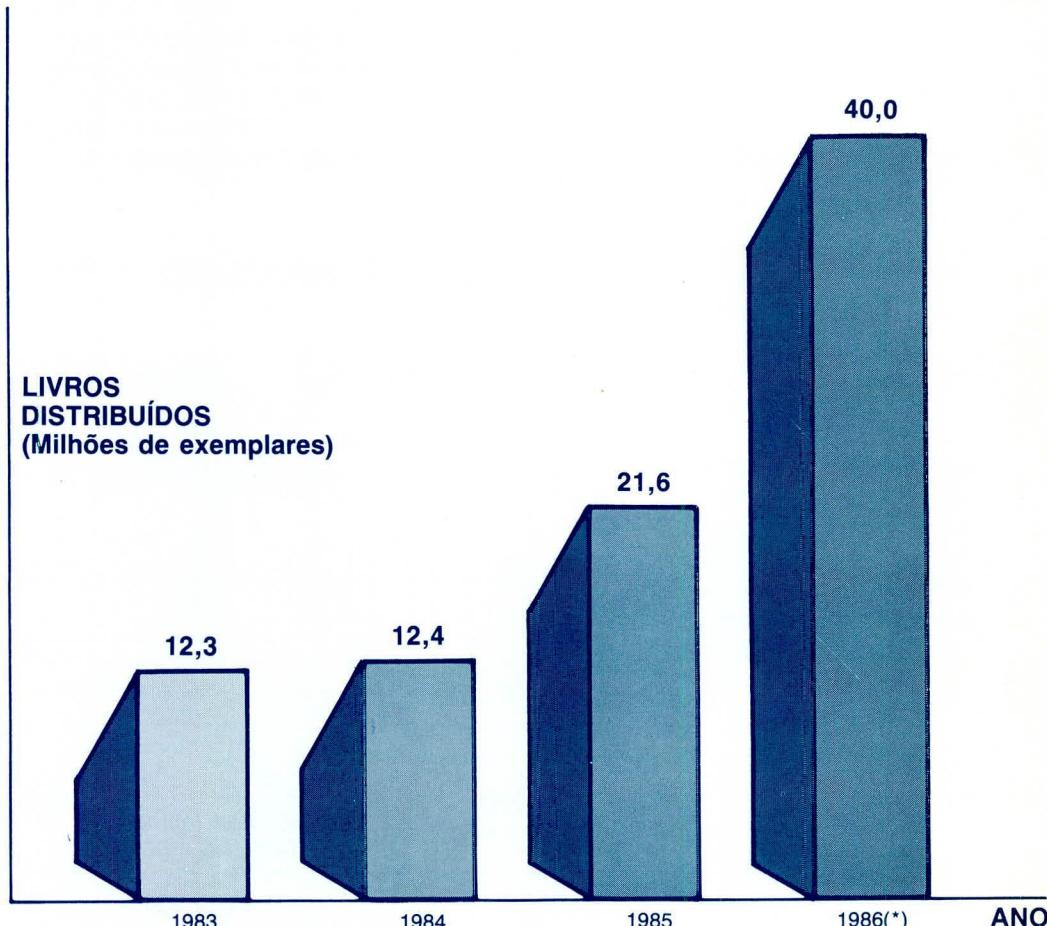
PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO

Este programa, criado pelo Decreto nº 91.542, de 19 de agosto de 1985, em anexo, tem por finalidade atender a todos os alunos matriculados na rede pública de ensino de 1º Grau, através da distribuição gratuita de livros didáticos, reutilizáveis sendo desenvolvido em convênio com as Secretarias de Educação das Unidades Federadas.

A FAE decidiu democratizar a escolha do livro didático — até então feita por uma pequena equipe de coordenadores — concedendo ao professor a prerrogativa de escolher o título com o qual irá trabalhar durante o período letivo. Professores de todo o País receberam questionários, com mais de 800 opções, onde puderam analisar, selecionar e indicar os livros — mais de 40 milhões — que serão distribuídos às escolas públicas de 1º Grau, até março de 1986.

Em 1985, foram distribuídos 21,5 milhões de livros, em cerca de 200 mil escolas públicas de 1º Grau, utilizando-se recursos da ordem de Cr\$ 26,6 bilhões. A partir de 1986, O PNLD atenderá a todos os alunos carentes do País, prevendo-se a distribuição de mais de 40 milhões de livros, o que representa um investimento superior a Cr\$ 400 bilhões. Até o início do primeiro período letivo de 1987, estima-se uma distribuição superior a 52 milhões de livros.

BRASIL — PROGRAMA DO LIVRO DIDÁTICO — PNLD LIVROS DISTRIBUÍDOS — 1983-86



(*) Escolha efetuada em 1985 e distribuição programada a partir de Fev/86.

PROGRAMA DE MÓDULO ESCOLAR

Subdividido em dois níveis de atendimento — estadual e municipal — o Programa de Módulo Escolar visa atender gratuitamente alunos matriculados na rede pública de ensino de 1.º Grau, através da distribuição de material escolar (lápis, caderno, borracha, apontador, caneta esferográfica, etc.).

Em 1985, a FAE distribuiu neste programa 5.080.824 unidades para o nível municipal e 39.654.641 unidades para o nível estadual.

A evolução do Programa de Módulos Escolares a nível estadual está representada na tabela e gráficos ao lado.

Notas:

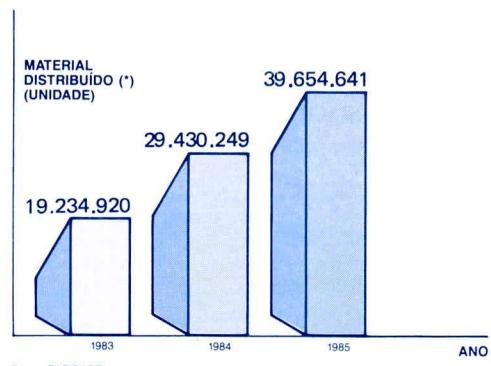
- **Material Escolar:** Com investimento da ordem de Cr\$ 11,6 bilhões, a FAE produziu 32.829.995 unidades de materiais escolares, tais como: caderno, papel almanaque, blocos de rascunho e desenho. Com aplicação de Cr\$ 51,5 bilhões, a FAE adquiriu 165,0 milhões de material escolar de terceiros.

Todo este material foi distribuído através dos Postos de Venda — 370 em

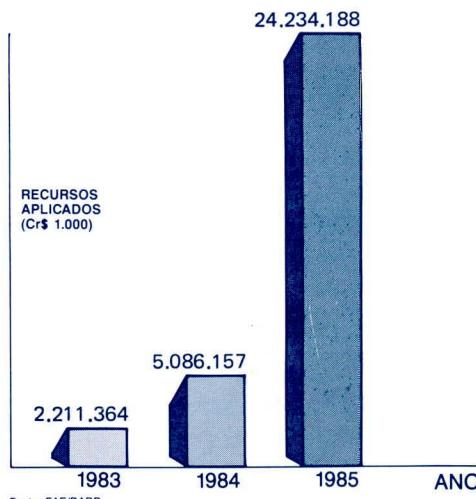
todo o País —, Programas Especiais, Vendas Institucionais e Módulos Escolares.

- **Editoração:** Esta atividade, tem por objetivo a publicação de obras de referência didática, em caráter supletivo, para a venda à população estudantil. Em 1985, a FAE produziu 22 títulos, com 789.890 exemplares, a um custo de Cr\$ 4,8 bilhões.

BRASIL — PROGRAMA DE MÓDULO ESCOLAR — ESTADUAL
MATERIAL ESCOLAR DISTRIBUÍDO^(*) — 1983-85



BRASIL — PROGRAMA DE MÓDULO ESCOLAR — ESTADUAL
RECURSOS APLICADOS — 1983-85





Nestor B. Lima Arquivo CCS/MEC

“É preciso apoiar o livro. Só um povo que lê pode ter consciência de si próprio e da cidadania. Saber o que quer e fruir a liberdade”.

(Pronunciamento do Presidente José Sarney em cadeia de Rádio e Televisão em 22/07/85)

PROGRAMA DE SALAS DE LEITURA

O Programa foi idealizado no final de 1984, para oferecer oportunidade de acesso à literatura infanto-juvenil, aos alunos do 1º Grau. Em 1986, beneficiará também os alunos do 2º Grau.

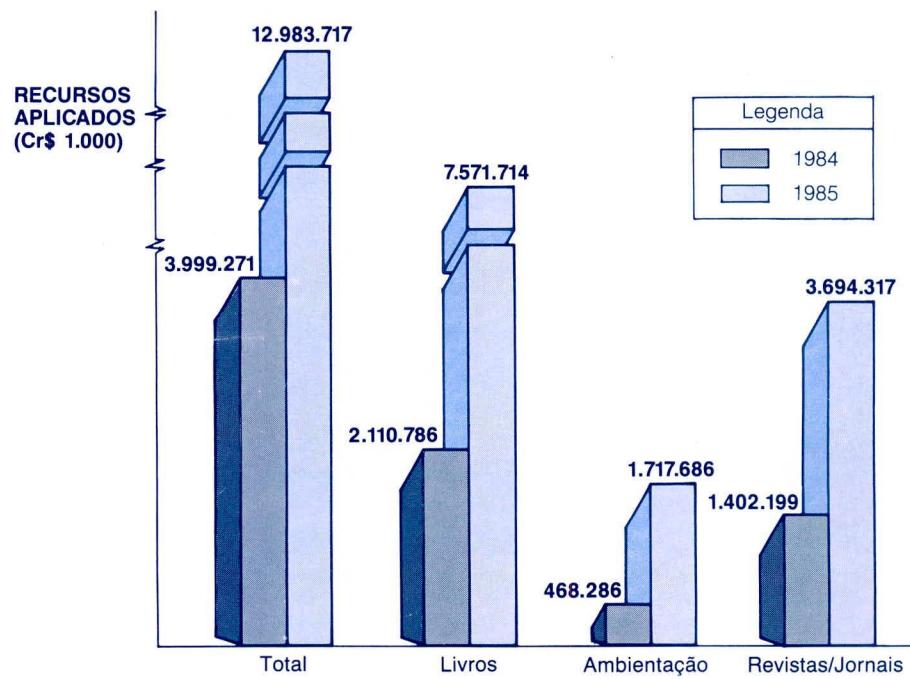
Em 1985, foram adquiridos 1.529.471 livros e 467.736 jornais e revistas, num investimento da ordem de Cr\$ 12,9 bilhões, sendo que Cr\$ 1,7 bilhão foi aplicado em ambientação de 8.567 escolas em 25 UF's.

A seleção dos livros foi feita por um Comitê Consultivo, integrado por representantes da Biblioteca Nacional, FUNARTE, Fundação Nacional do Livro Infanto-Juvenil e da própria FAE.

Em 1986, este Programa contará com recursos de Cr\$ 50 bilhões para serem aplicados da seguinte forma: Cr\$ 30 bilhões para aquisição de 1.748.253 exemplares de literatura infanto-juvenil, destinados a 3.496.505 alunos; Cr\$ 10 bilhões para 317.720 assinaturas de cinco diferentes títulos de periódicos de caráter técnico, totalizando 2.459.480 exemplares, para distribuição a 220.000 escolas; e o restante para criar ambientes em 9.712 escolas.

Em 1986, beneficiará também os alunos do 2º Grau.

BRASIL — PROGRAMA DE SALAS DE LEITURA RECURSOS APLICADOS NA AQUISIÇÃO DE LIVROS AMBIENTAÇÃO E ASSINATURA DE REVISTAS/JORNais 1984-85



Fonte: FAE/DIACOM

Ano	Livros distribuídos	Recursos aplicados (Cr\$ 1.000)			
		Livros	Ambientação	Revistas/Jornais	Total
1984	856.771	2.110.786	486.286	1.402.199	3.999.271
1985	1.529.471	7.571.714	1.717.686	3.694.317	12.983.717

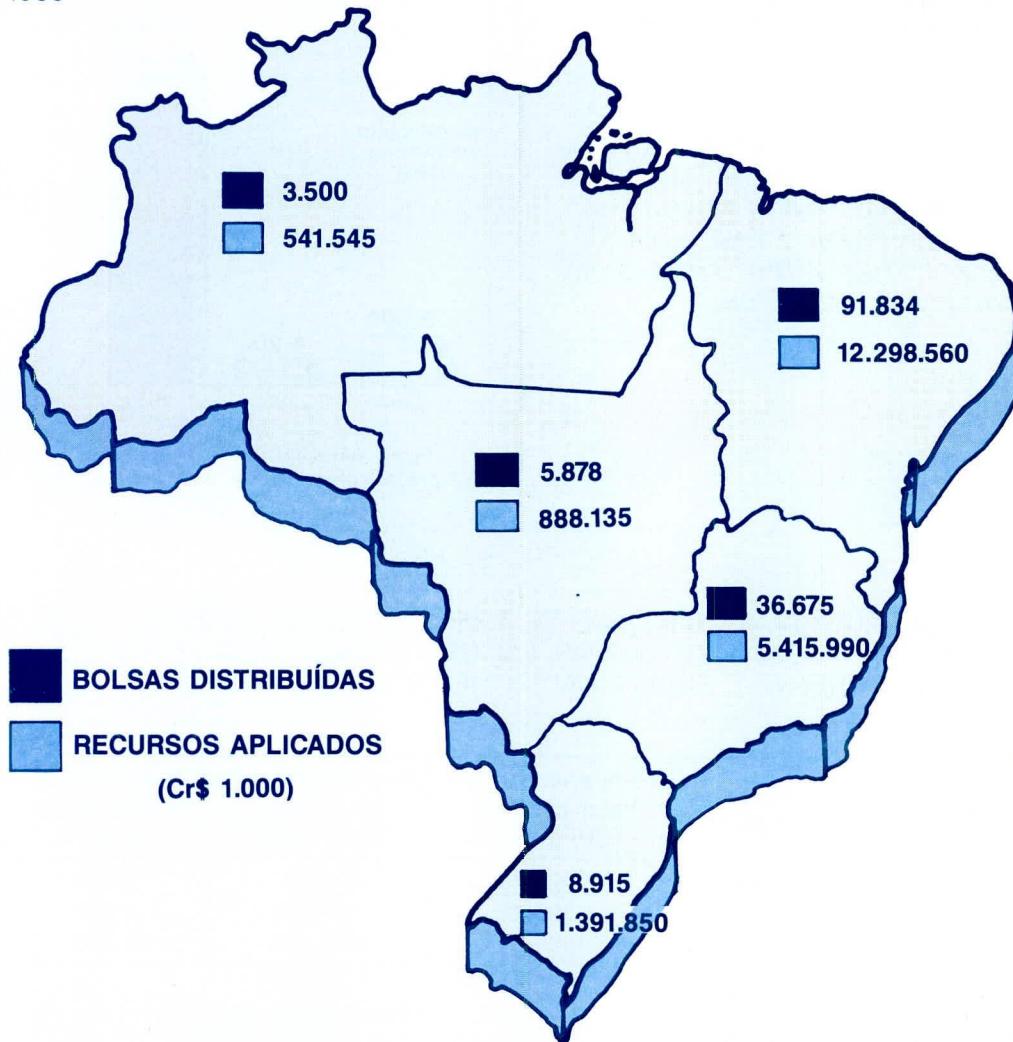
PROGRAMA DE BOLSAS DE ESTUDO DE 1.º E 2.º GRAUS

Este Programa objetiva o acesso e a permanência na escola dos estudantes carentes. Concede Bolsas de Estudo para alunos de 5.ª a 8.ª séries do 1.º Grau e de todas as séries do 2.º Grau, onde a rede pública não atende a demanda.

Neste exercício, foram concedidas 84.507 bolsas de 1.º Grau e 62.295 bolsas de 2.º Grau, com um custo total de Cr\$ 20,5 bilhões. Os valores foram diferenciados para o 1.º Grau, a saber, Cr\$ 120 mil, Cr\$ 180 mil e Cr\$ 240 mil, e, para o 2.º Grau, Cr\$ 150 mil, Cr\$ 225 mil e Cr\$ 300 mil.

Para 1986, ocorrerá uma modificação sistemática de fixação dos valores. As bolsas de estudo terão valores unificados, de Cr\$ 550 mil e Cr\$ 650 mil, respectivamente para o 1.º e 2.º Graus.

BRASIL — PROGRAMA DE BOLSAS DE ESTUDO DE 1.º E 2.º GRAUS
BOLSAS DISTRIBUÍDAS E RECURSOS APLICADOS, POR GRANDES REGIÕES
1985

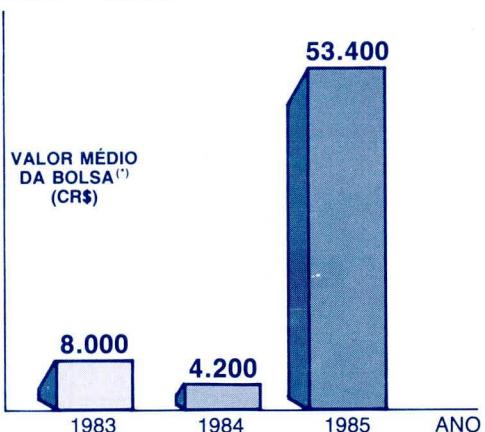


PROGRAMA DE BOLSAS DE TRABALHO

Este Programa se destina a proporcionar aos estudantes carentes do 2º Grau oportunidade de exercício profissional remunerado, em órgãos ou entidades públicas e privadas.

Em 1985, foram concedidas 11.265 bolsas/mês, com um custo de Cr\$ 6,5 bilhões. Os valores foram de Cr\$ 90 mil para o 1.º semestre e Cr\$ 140 mil para o 2.º semestre. O valor real da bolsa cresceu em relação a 1984, quando foram concedidas 47.014 bolsas, a um custo de Cr\$ 640 milhões.

BRASIL — PROGRAMA DE BOLSAS DE TRABALHO DO 2º GRAU — VALOR MÉDIO REAL DA BOLSA — 1983-85.



Fonte: FAE/DIACOM
(*) A preços constantes de 1983.

BRASIL — PROGRAMA DE BOLSAS DE TRABALHO DO 2º GRAU
NÚMERO DE BOLSAS DISTRIBUÍDAS, RECURSOS APLICADOS
(VALORES CORRENTE E REAL) E VALOR MÉDIO REAL DA BOLSA
1983-85

Ano	Bolsas distribuídas	Rec. aplicados(*) Valor corrente (Cr\$ 1.000)	Rec. aplicados(*) Valor real(**) (Cr\$ 1.000)	Valor médio real da bolsa (Cr\$)
1983	41.124	329.374	329.374	8.009
1984	47.014	639.391	197.465	4.200
1985	11.265	6.498.582	601.498	53.395

Fonte: FAE/DIACOM

(*) Apenas Recursos Federais, não incluindo a parcela das entidades participantes.

(**) A preços constantes de 1983, com base na variação do IGP-DI, publicado pela FGV.

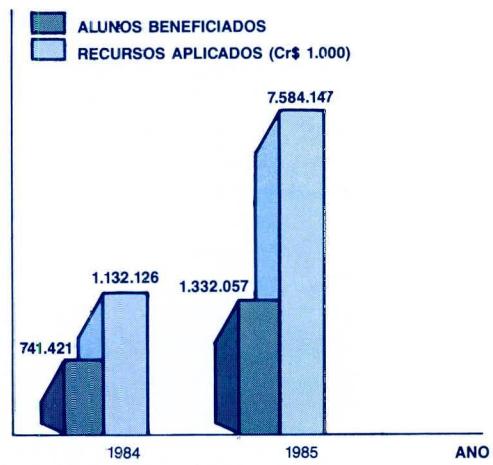
PROGRAMA DE SAÚDE DO ESCOLAR

Este programa foi criado para atender ao estudante de 1.º Grau, da rede oficial de ensino, com ações preventivas, curativas e educativas, nas áreas de medicina geral, odontologia e oftalmologia, contribuindo para a redução das taxas de evasão e repetência, ocasionadas por doenças.

Durante o exercício de 1985, beneficiou 20 Estados, contra apenas oito em 1984.

Para tanto, a Fundação de Assistência ao Estudante contou com recursos da ordem de Cr\$ 7,6 bilhões, beneficiando 1.332.057 crianças em 507 escolas nos 20 Estados envolvidos no programa. Em 1984, foram atendidas 741.421 crianças a um custo de Cr\$ 1,0 bilhão.

BRASIL — PROGRAMA DE SAÚDE DO ESCOLAR
ALUNOS BENEFICIADOS E RECURSOS APLICADOS
1984-85



Fonte: FAE/DIACOM



Carlos Alberto Pereira EBN - MG

PROGRAMA DE RESIDÊNCIA ESTUDANTIL E AUXÍLIO-MANUTENÇÃO

PROGRAMA DE RESIDÊNCIA ESTUDANTIL

Este programa visa proporcionar condições satisfatórias de habitabilidade a residências estudantis, estimular o apoio sistemático do órgão coordenador do programa na UF que possua residência estudantil apoiada pela FAE; viabilizar a convergência de outros programas da FAE em benefício dos residentes.

O Programa apoiou, neste exercício, a seis residências estudantis nos Estados do Acre, Piauí, Paraíba, Rio Grande do Norte, Minas Gerais e Rio Grande do Sul; beneficiando 1.557 alunos com um investimento de Cr\$ 632 milhões.

PROGRAMA DE AUXÍLIO-MANUTENÇÃO

Este Programa objetiva propiciar condições para a permanência na escola de alunos carentes, matriculados em estabelecimentos de ensino que mantém regime de internato e semi-internato, ou em Escolas Agrotécnicas Federais, através de auxílio financeiro para atendimento aos seguintes itens: condução, alimentação, material escolar, compra de calçados, agasalhos, atendimento na área de saúde e auxílios diretos ao estudante.

Em 1985, o Programa contou com Cr\$ 715,6 milhões e atendeu a 40 escolas agrícolas de 19 Unidades Federais.

PROGRAMAS ESPECIAIS: EDURURAL, GETAT E MONHANGARA

A FAE participa de alguns programas sociais do Governo de forma parcial, seja como prestadora de cooperação técnica, de assessoria administrativa-financeira, de recursos humanos ou fornecendo material e alimentação escolar. São os casos dos Programas EDURURAL, GETAT e MONHANGARA.

O Programa de Expansão e Melhoria da Educação no Meio Rural do Nordeste (EDURURAL), cuja execução foi planejada para o período 1980/85, atuou, no exercício, em 250 municípios nordestinos, nos nove Estados da Região. A FAE prestou assessoria administrativo-financeira; participação das programações das UF's; e deu assessoramento tecnológico-industrial na confecção, produção e difusão de materiais destinados aos alunos do meio rural. Foram aplicados na execução do programa Cr\$ 261,1 milhões, sendo Cr\$ 210,1 milhões em recursos humanos e Cr\$ 51 milhões em material de ensino/aprendizagem.

O Projeto Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) desenvolveu-se com base no convênio firmado entre os Ministérios da Educação, Extraordinário Para Assuntos Fundiários

e do Interior. Colaborou técnica e financeiramente para o planejamento e execução de ações sócio-educacionais em seis municípios rurais do Pará, Maranhão e Goiás. A FAE participou com o fornecimento de material ensino/aprendizagem, no valor de Cr\$ 288 milhões e distribuição de alimentação escolar, com recursos da ordem de Cr\$ 1,6 bilhão. Foram beneficiados 20.360 alunos.

O Programa de Educação Básica nas Regiões Norte e Centro-Oeste (MONHANGARA) foi criado para garantir um mínimo de quatro anos de escolaridade para a população carente de 25 municípios das regiões Norte e Centro-Oeste. Este programa é resultado de um acordo de financiamento entre o MEC e o Banco Mundial — BIRD. A FAE participou desenvolvendo atividades nas áreas de recursos humanos, material de ensino/aprendizagem e alimentação. Foram distribuídas 6.491.994 unidades de diferentes itens de material escolar, abrangendo lápis, cadernos, livros e outros. Os recursos aplicados totalizaram Cr\$ 259,4 milhões, sendo Cr\$ 139,2 milhões em capacitação, supervisão e cooperação técnica e Cr\$ 120,2 milhões, com aquisição e distribuição de material de ensino-aprendizagem.

ATUAÇÃO DAS REFAE's

“A descentralização administrativa deve passar pelo fortalecimento das REFAEs” — com estas palavras, o Presidente da FAE, durante encontro promovido com os 15 chefes das representações estaduais da FAE, coordenado pela Superintendência, nos dias 10 e 11 de dezembro de 1985, no Rio de Janeiro, manifestou publicamente a decisão de ampliar suas atribuições, incumbindo-lhes não apenas a supervisão da merenda escolar, como vinha ocorrendo até então, mas, também a efetiva participação em todos os programas da instituição.

O fortalecimento das REFAEs visa a integração de esforços com os demais órgãos federais, estaduais, municipais e mesmo os particulares envolvidos nos programas da FAE.

O Encontro possibilitou, também, o levantamento da situação atual de cada REFAE em termos de recursos humanos, instalações e equipamentos, no sentido de capacitá-las para as eventuais reformulações exigidas pela descentralização administrativa pretendida pelo Ministério da Educação. Foi, também, sugerida a reativação das representações que haviam sido extintas, entre elas as de Minas Gerais, de Sergipe, do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro.

BRASIL — REPRESENTAÇÕES DA FAE — REFAE's — 1985





“A descentralização administrativa é perfeitamente compatível com o enfoque nacional de determinados problemas que, por sua natureza ou dimensão, exijam a programação e a coordenação do Governo Federal.

O fato de existir uma política nacional sobre determinado assunto não significa que a execução deva caber exclusivamente à Administração Federal, nem que a aplicação dos recursos fique centralizada em suas mãos”.

Hélio Beltrão

A FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE

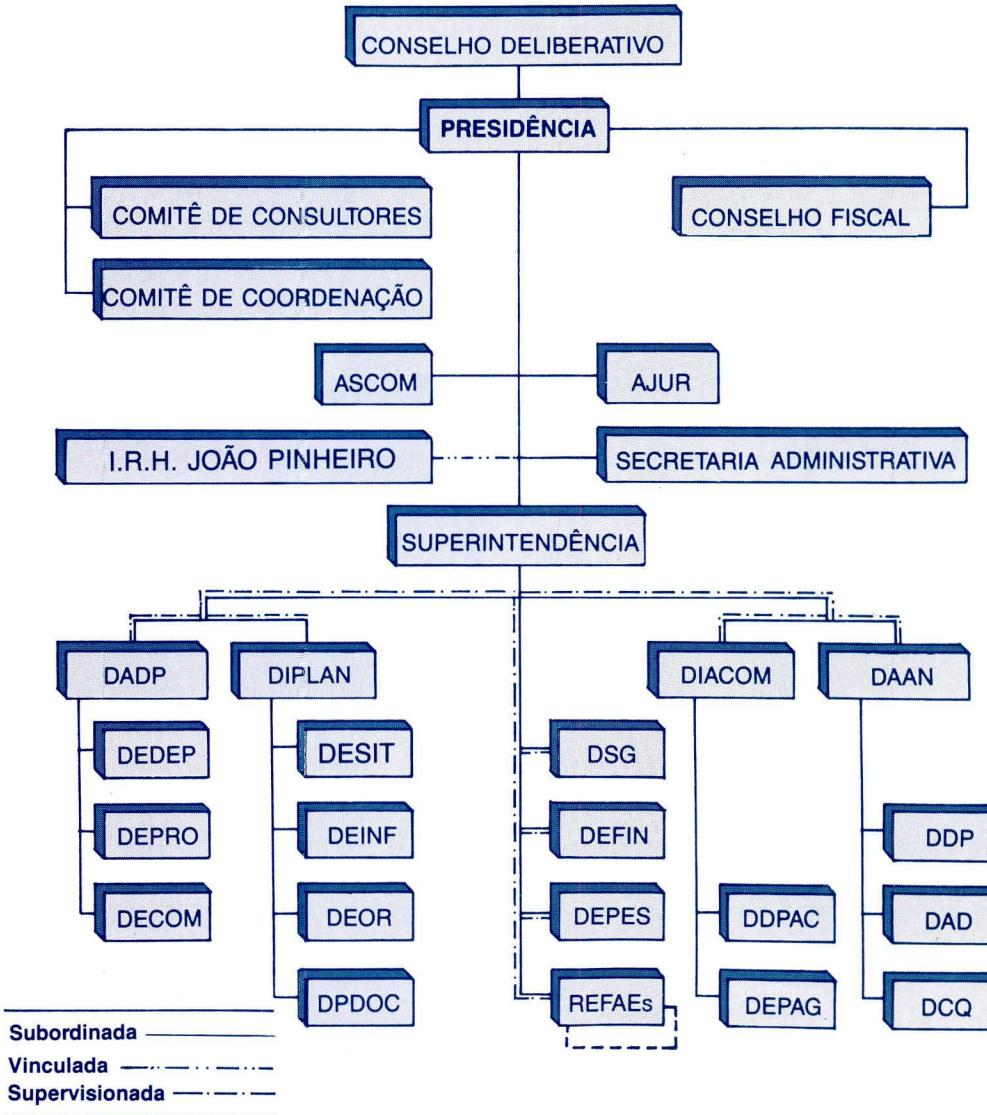
A Fundação de Assistência ao Estudante — FAE, órgão do Ministério da Educação, foi instituída pela Lei nº 7.091, de 18 de abril de 1983, com a finalidade de apoiar a Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus — SEPS-MEC desenvolvendo os programas de assistência ao estudante, nos níveis de educação pré-escolar, e de 1º e 2º Graus, para facilitar o processo didático-pedagógico.

Além de suas diretorias, departamentos e assessorias, integra ainda a estrutura da FAE o Instituto de Recursos Humanos João Pinheiro — IRHJP, com regimento próprio, aprovado pelo Conselho Deliberativo, e vinculado à Presidência.

A Presidência conta, também, com o apoio do Comitê de Consultores e do Comitê Interno de Coordenação. O primeiro é formado por especialistas nas áreas finalísticas da FAE, e o Comitê Interno de Coordenação, além do Presidente, é formado pelo Diretor-Superintendente e demais Diretores, conforme organograma ao lado.

Como um desdobramento do processo de descentralização do Programa Nacional de Alimentação Escolar — PNAE, a FAE implementará, em 1986 a municipalização da merenda escolar e o programa de material escolar para os municípios.

Ambos os programas têm, como diretriz, certificar-se de que o estudan-



te, na ponta do processo, esteja, de fato, se beneficiando. E, como consequência prática, proporcionar aos municípios:

- Universalização do atendimento com a alimentação escolar, entendida como contribuição para o acesso e permanência da criança no sistema educacional, tentando influenciar na melhoria das condições de aprendizagem;
- Repercussão no desenvolvimento da economia local, possibilitando a reorganização do processo produtivo ligado à área de produção de alimentos, ocasionando maior oferta de emprego, barateamento dos produtos, melhor distribuição de renda e aumento da arrecadação de impostos;
- Busca de participação dos governos locais na arrecadação de tributos, com liberdade de aplicação de recursos provenientes desta prática;
- Utilização de produtos alimentares regionais, respeitando-se os hábitos, gerando maior aceitabilidade dos produtos de consumo tradicional, favorecendo a qualidade e a garantia do produto a ser consumido;
- Integração da merenda escolar como um vetor do processo educativo. A Municipalização da Alimentação será implantada, a partir do 1.º semestre de 1986 em uma experiência piloto em mais de 100 municípios. O Programa de Material Escolar/Municípios conta, para 1986, com a adesão inicial de 170 municípios e dispõe de Cr\$ 4,5 bilhões.

“Os planos identificam os acontecimentos, mas só as pessoas os fazem acontecer. Assim, quando um plano de números bem documentado é associado a um “plano de pessoas”, igualmente bem elaborado, a probabilidade de atingir os resultados planejados aumenta consideravelmente”.

lacocca

DESEMPENHO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

O orçamento da FAE evoluiu de Cr\$ 365 bilhões, em 1984, para Cr\$ 1,615 trilhão em 1985 com um acréscimo em valores correntes da ordem de 344,85%. Para 1986, o orçamento inicial é da ordem de 6,4 trilhões, sendo que o Governo Federal já assegurou através da E.M. 641, de 27/11/85 um adicional de recursos para o PNAE no valor de Cr\$ 3,4 trilhões, totalizando aproximadamente Cr\$ 10,0 trilhões.

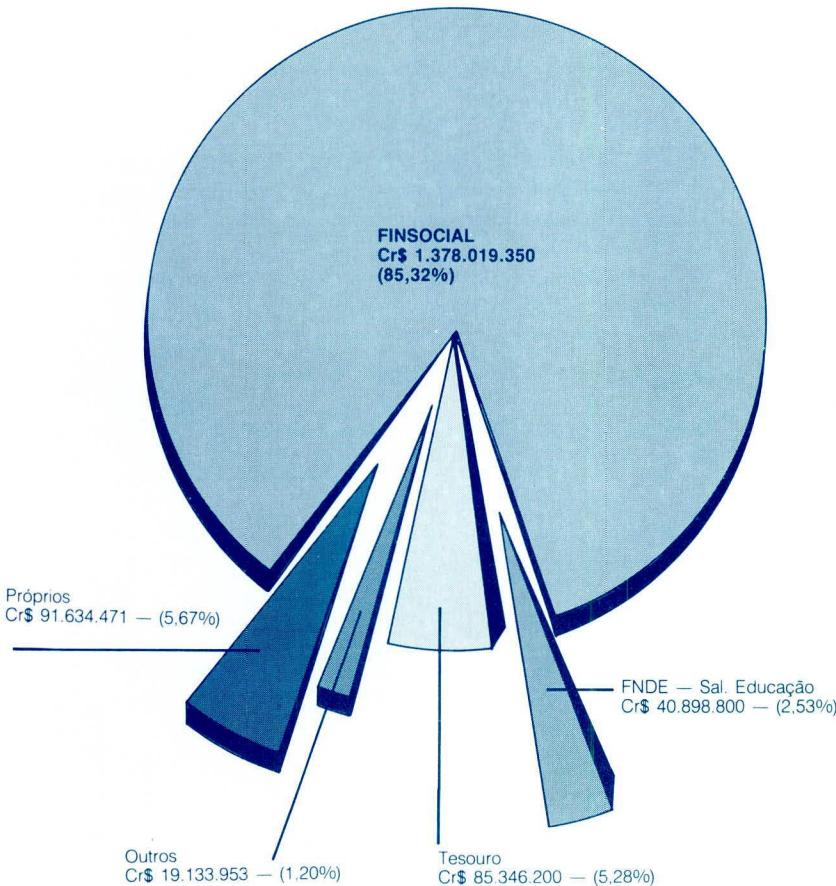
Com uma participação de 85,32% do orçamento total, o FINSOCIAL destacou-se como o principal agente financeiro dos programas da FAE (ver gráfico), uma vez que, em 1985, esta fonte financiou integralmente o Programa Nacional de Alimentação Escolar — PNAE — e participou com Cr\$ 26,6 bilhões no financiamento do Programa Nacional do Livro Didático — PNLD.

A receita arrecadada no exercício representou 94,4% da receita prevista. O total da receita orçamentária foi de Cr\$ 1.419,5 bilhões, sendo Cr\$ 951,3 bilhões de despesa paga no exercício e Cr\$ 540,2 bilhões inscritos em "Restos a Pagar".

Considerando-se que a receita arrecadada no exercício atingiu Cr\$ 1.650,2 bilhões, a despesa orçamentária representou 92,9% daquela.

Treinamento de Servidores: Para aprimorar a capacidade técnica dos seus servidores, a FAE promoveu, em 1985, 38 cursos externos e nove inter-

FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE — FAE
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FONTE DE RECURSOS — 1985



nos, possibilitando o treinamento de 413 funcionários.

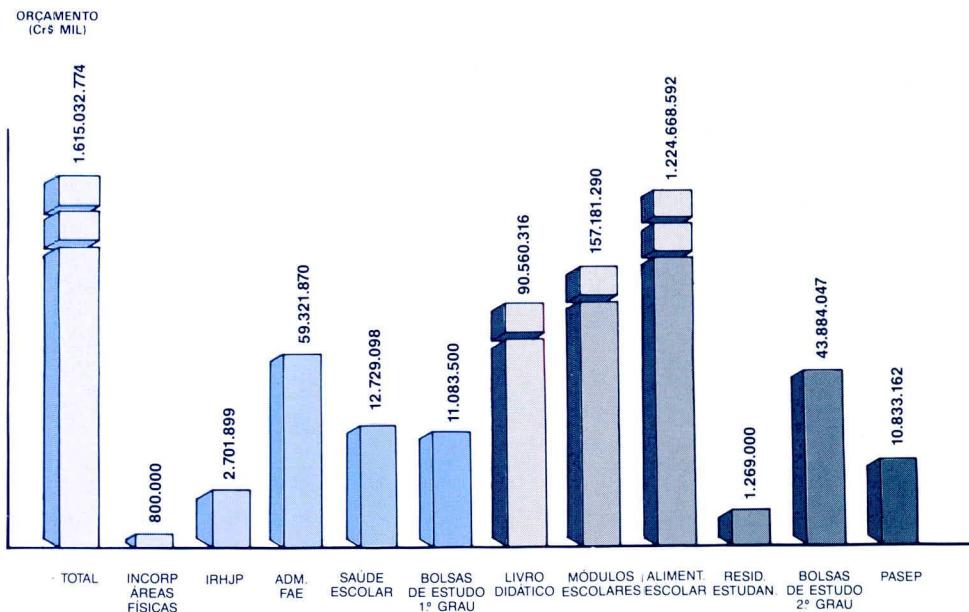
Benefícios: A FAE, a partir de Setembro, implantou o Plano de Benefícios, previsto no Plano de Cargos e Salários — PCS — colocando transporte coletivo à disposição de seus servidores, totalmente subsidiado.

Outros benefícios proporcionados aos servidores são: creches para os dependentes de até 05 anos de idade; alimentação, em que a participação do servidor é fixada com base em sua faixa salarial e número de seus dependentes, mediante a concessão de vale-refeição, para os servidores de Brasília e demais capitais, com exceção do Rio de Janeiro e Belo Horizonte, por disporrem de restaurante em suas dependências; e assistência médica e odontológica, através de convênio com o Plano de Saúde do MEC, UNIMED, AMIL e GOLDEN CROSS.

Compras: Ao longo do exercício, cuidou-se do aprimoramento das rotinas de aquisição de materiais e contratação de serviços, implantação de cadastro de fornecedores e mecanização do sistema de materiais.

Patrimônio: Em 1985, ocorreu a aquisição e tombamento de bens permanentes no valor de Cr\$ 1,974 bilhão, desincorporação dos bens ociosos, antieconômicos e inservíveis — levantados no exercício — e a regularização dos bens da FAE, situados nos Estados do Amazonas, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE — FAE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, POR PROJETO/ATIVIDADE — 1985



Obras de Engenharia: Reforma e construção de Casas de Estudantes, Ar-mazéns, Depósitos e Postos de Venda de Material Escolar nos Estados do Acre, Amazonas, Ceará, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rondônia, São Paulo e Distrito Federal.

Transporte: Controle de consumo de combustíveis e manutenção dos veí-culos da FAE, definição de critérios para utilização dos veículos de serviços e im-plantação do transporte funcional.

Outros: Contratos de seguros de bens imóveis, postos de venda e frota de veículos na ordem de Cr\$ 231 mi-lhões.

COMUNICAÇÃO

A FAE, em 1985, desenvolveu um tra-balho ponto a ponto, sucessivo e con-tínuo, através de comunicação simples e objetiva, evitando custos desnecessá-rios.

Dispondo de veículo próprio de di-vulgação, o **INFORME FAE**, com edi-ção semanal, atingiu uma tiragem de 12.000 exemplares, dando ampla co-ber-tura às atividades do órgão para edu-cadores, parlamentares, adminis-tradores estaduais e municipais e autori-dades em geral, ligadas ao setor edu-cacional do país. Além disso, o **INFOR-ME FAE** atingiu grande parte da popu-lação pela divulgação através da in-prensa de notícias nele inseridas.

Cumpre destacar, também, o **Prê-mio FAE de Pesquisa Estudantil**,

destinado aos alunos de 1.º e 2.º graus de todas as escolas do País. Foram agraciados, em 1985, pelo melhor tra-balho sobre o tema “A Merendeira”, Ro-drigo Couto Ferreira, da 3.ª série da Es-cola Estadual “Pio XII”, de Formiga-MG; Débora Pereira de Sousa, da 3.ª série da Escola de Aplicação Pequeno Príncipe, Parnaíba-PI; Carla Lieskow, da 8.ª série da Escola Básica Municipal “Ola-vo Bilac”, de Pomerode-SC. Na segun-da etapa foram agraciados pelo melhor tra-balho sobre o tema “Histórias da Mi-nha Terra”, Cláudia Maria Borges de Oli-veira, aluna do 2.º ano de Formação In-tegral do Complexo Escolar de Ensino Mé-dio de Rio Branco-AC; Ronaldo Ara-nha Montenegro, do Curso Supletivo Rui Barbosa, de Campina Grande-PB, e William Moraes Corrêa, do Colégio Dom Bosco de São Luís-MA.

Ainda no setor de Comunicação, a FAE editou, em 1985, o livreto **“Edu-cação para Todos”**, da Secretaria de Ensino de 1.º e 2.º Graus, em duas edi-ções, e o informativo **“Diálogo”**, da Di-reitoria de Apoio Didático-Pedagógico. Coordenou, ainda, a campanha da es-colha do livro didático pelo professor, através de ampla divulgação junto aos meios de comunicação.

ÁREA JURÍDICA

No desenvolvimento de suas ativi-dades de rotina, como emissão de pare-ceres e informações, esta área extrapo-lou as suas funções, atuando, muitas ve-zes, como uma Procuradoria, tendo

acompanhado, em 1985, 08 (oito) ações judiciais, sendo 03 (três) reclamações trabalhistas no Rio de Janeiro; 01 (uma) Ação Penal, no Rio de Janeiro, 01 (uma) Ação Ordinária de Indenização na Justiça Federal - Brasília e 03 (três) procedimentos judiciais em Brasília.

Participou, ainda, efetivamente, de 05 (cinco) Comissões de Inquérito, e apreciou procedimentos e relatórios de mais 03 (três) Comissões de Inquérito.

Examinou 1.008 Processos administrativos, resultando 672 pareceres e 336 informações para a Presidência e Diretorias desta Fundação, além de encaminhar para publicação 363 Convênios e/ou Contratos e 65 Termos Aditivos.

RECURSOS HUMANOS

O Instituto de Recursos Humanos João Pinheiro, vinculado à FAE, desenvolveu ações de capacitação de recursos humanos, em 1985, nos Programas EDURURAL, MONHANGARA, EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA e na área de ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, na forma que se segue:

Edurural: Cooperação técnica às nove Unidades Federadas do Nordeste, no desenvolvimento de cursos para pro-

fessores, supervisores e administradores, envolvendo 14.778 pessoas.

Recursos utilizados na cooperação técnica: Cr\$ 214.191.875.

Monhangara: Cooperação técnica a nove Unidades Federadas das regiões Norte e Centro-Oeste, no desenvolvimento de cursos para professores, supervisores, administradores e pessoal de apoio, envolvendo, até setembro de 1985, 4.451 pessoas.

Recursos utilizados na cooperação: Cr\$ 108.063.110.

Educação Comunitária: Foram ministrados, no IRHJP ou em outras Unidades Federadas, 11 Encontros, Seminários e Reuniões Técnicas, envolvendo 415 pessoas, além de Cooperação Técnica na realização de 2 Encontros Técnicos, dos quais participaram 240 pessoas.

Recursos utilizados: Cr\$ 42.060.290

Área de Alimentação Escolar: Foi ministrado, em Goiânia, um Encontro de Supervisores da Merenda Escolar, envolvendo 80 pessoas.

Cooperação Técnica à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, e ao PEAE/MG na realização de 15 Encontros, dos quais participaram 760 pessoas.

Recursos utilizados: Cr\$ 34.571.483.

A CRIAÇÃO DO PNLD**DECRETO N° 91.542 — DE 19 DE AGOSTO DE 1985**

Institui o Programa Nacional do Livro Didático, dispõe sobre sua execução, e dá outras providências

O Presidente da República, usando de atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e

Considerando os propósitos de universalização e melhoria do ensino de 1º Grau, contidos no Programa “Educação para Todos”;

Considerando a necessidade de promover-se a valorização do magistério, inclusive mediante a efetiva participação do professor na indicação do livro didático;

Considerando, finalmente, o objetivo de reduzir os gastos da família com educação, decreta:

Art. 1º — Fica instituído o Programa Nacional do Livro Didático, com a finalidade de distribuir livros escolares aos estudantes matriculados nas escolas públicas de 1º Grau.

Art. 2º — O Programa Nacional do Livro Didático será desenvolvido com a participação dos professores do ensino de 1º Grau, mediante análise e indicação dos títulos dos livros a serem adotados.

§ 1º — A seleção far-se-á por escola, série e componente curricular, devendo atender às peculiaridades regionais do País.

§ 2º — Os professores procederão a permanentes avaliações dos livros adotados, de modo a aprimorar o processo de seleção.

Art. 3º — Constitui requisito para o desenvolvimento do Programa, de que trata este Decreto, a adoção de livros reutilizáveis.

§ 1º — Para os efeitos deste artigo, deverá ser considerada a possibilidade da utilização dos livros nos anos subseqüente à sua distribuição, bem como a qualidade técnica do material empregado e o seu acabamento.

§ 2º — A reutilização deverá permitir a progressiva constituição de bancos de livros didáticos, estimulando-se seu uso e conservação.

Art. 4º — A execução do Programa Nacional do Livro Didático competirá ao Ministério da Educação, através da Fundação de Assistência ao Estudante — FAE, que deverá atuar em articulação com as Secretarias de Educação dos Estados, Distrito Federal e Territórios, e com órgãos municipais de ensino, além de associações comunitárias.

Parágrafo único — A execução prevista neste artigo compreenderá a seleção final, a aquisição e a distribuição do livro didático às escolas da rede pública de ensino de 1º Grau, bem como atividades de acompanhamento e controle do Programa.

Art. 5º — A Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus — SEPS, do Ministério da Educação, responderá pela formulação, supervisão e avaliação da política do livro didático.

Art. 6º — O Programa Nacional do Livro Didático instituído por este Decreto entrará em vigor no ano letivo de 1986.

Art. 7º — O Ministro de Estado da Educação expedirá as normas que se fizerem necessárias à execução deste Decreto.

Art. 8º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º — Revogam-se as disposições em contrário.

José Sarney — Presidente da República

Marco Maciel

BRASIL — PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE
RECURSOS APLICADOS POR PROGRAMA E UNIDADE
FEDERADA

ANEXO 2

— CONSOLIDADO —
— 1985 —

EM CR\$ 1.000

Unidade Federada	Alimentação Escolar	Módulo Escolar Estadual	Módulo Escolar Municipal	Saúde do Escolar	Residência Estudantil	Auxílio Manutenção	Bolsas de Estudo de 2º Grau	Bolsas de Estudo de 1º Grau	Bolsas de Trabalho 2º Grau	Salas de Leitura	Bolsas de Estudo 2º Grau - FAE	Total
Brasil	1.203.421.479	29.234.188	2.838.135	7.584.147	632.004	715.150	9.678.300	10.857.780	6.498.582	12.983.717	3.008.647	1.287.452.129
Norte	86.822.752	3.515.929	77.680	854.500	19.500	60.500	209.025	332.520	703.792	895.672	594.875	94.086.683
RO	10.144.658	275.000	26.880	239.200	—	—	—	13.080	—	51.198	—	10.750.016
AC	6.603.164	472.864	6.514	—	19.438	—	—	23.325	62.460	150.420	8.742	7.441.927
AM	15.663.569	746.219	—	405.000	—	13.000	21.375	45.060	336.612	357.029	499.875	18.087.739
RR	4.119.270	323.313	—	100.000	—	34.500	—	—	—	32.550	—	4.609.633
PA	46.996.425	1.342.602	44.286	—	—	13.000	164.325	211.920	115.200	334.718	—	49.222.476
AP	3.295.666	355.931	—	110.300	—	—	—	—	101.560	111.435	—	3.974.892
Nordeste	465.058.602	10.170.565	1.250.558	2.274.090	350.138	162.750	5.208.300	7.090.260	2.742.012	4.093.895	680.000	499.081.170
MA	67.055.771	1.493.801	187.302	250.000	—	16.000	909.975	1.174.020	117.300	266.353	—	71.470.522
PI	30.771.668	921.717	39.089	—	82.996	—	402.300	774.600	487.502	41.756	—	33.521.628
CE	98.086.308	1.910.550	266.381	—	—	30.000	1.709.325	2.135.880	472.710	457.262	—	105.068.416
RN	24.416.250	868.560	12.000	450.000	42.000	16.750	223.875	270.540	573.450	279.365	—	27.152.790
PB	40.839.446	1.134.063	63.395	300.000	225.142	16.000	425.625	802.680	134.130	1.253.810	—	45.194.291
PE	63.771.890	2.380.503	125.876	—	—	42.000	424.050	382.740	193.200	1.011.232	—	68.331.491
AL	28.101.106	818.881	28.346	450.000	—	14.000	176.325	413.760	502.800	158.143	—	30.663.361
SE	16.619.288	642.490	376.447	—	—	14.000	236.775	193.740	110.720	172.924	680.000	19.046.384
BA	95.396.875	—	151.722	824.090	—	14.000	700.050	942.300	150.200	453.050	—	98.632.287
Sudeste	160.891.191	8.025.156	862.562	1.265.000	152.428	186.000	3.059.850	2.356.140	959.343	3.856.175	1.001.475	182.615.320
MG	131.669.245	6.802.968	678.276	600.000	152.428	147.000	1.250.775	771.240	266.913	1.697.310	500.000	144.536.155
ES	19.642.143	1.222.188	46.908	465.000	—	39.000	90.525	93.240	201.330	209.357	499.995	22.509.686
RJ	7.955.479	—	1.459	—	—	—	1.310.400	1.234.860	392.550	870.141	1.480	11.766.369
SP	1.624.324	—	135.919	200.000	—	—	408.150	256.800	98.550	1.079.367	—	3.802.110
Sul	154.546.628	4.926.211	172.202	1.385.600	110.000	114.900	750.750	641.100	1.392.400	2.947.628	—	166.987.419
PR	68.030.054	—	61.781	500.000	—	—	283.275	306.240	214.000	1.206.722	—	70.602.072
SC	34.105.273	—	62.462	885.600	—	33.700	286.050	136.200	925.580	843.860	—	37.278.725
RS	52.411.301	4.926.211	47.959	—	110.000	81.200	181.425	198.660	252.820	897.046	—	59.106.622
Centro-Oeste	93.686.904	2.596.327	475.133	1.740.332	—	191.000	450.375	437.760	701.035	1.000.494	732.297	102.011.657
MS	15.839.594	622.045	332.176	543.332	—	69.000	71.550	84.240	240.435	174.388	—	17.976.760
MT	26.870.794	509.903	18.272	97.000	—	27.000	47.925	59.460	56.400	24.450	—	27.711.204
GO	36.031.308	1.464.379	124.685	700.000	—	26.000	298.350	268.260	381.800	706.140	724.477	40.725.399
DF	14.945.208	—	—	400.000	—	69.000	32.550	25.800	22.400	95.516	7.820	15.598.294
Ativ. Compl.	242.415.402	—	—	64.625	—	—	—	—	—	189.853	—	242.669.880

Fonte: FAE/DIPLAN — Consolidação

BRASIL — PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
 RECURSOS APLICADOS POR TIPO DE DESPESA, QUANTIDADE DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS
 ADQUIRIDOS E NÚMERO DE ALUNOS BENEFICIADOS, POR UNIDADE FEDERADA

— 1985 —

ANEXO 3

Tipo de Despesa	U.F.	Recursos Aplicados (Cr\$ 1.000)	Físico	
			Gêneros Alimentícios Adquiridos (t)	Número de Alunos Beneficiados
TOTAL GERAL	BRASIL	1.203.421.479	240.890	21.732.845
• Gêneros Alimentícios	Brasil	1.027.226.646	240.890	21.732.845
	Norte	86.822.752	18.401	2.109.483
	RO	10.144.658	1.578	164.397
	AC	6.603.164	1.457	103.000
	AM	15.663.569	3.325	350.000
	RR	4.119.270	776	50.000
	PA	46.996.425	10.510	1.350.000
	AP	3.295.666	755	92.086
	Nordeste	465.058.602	108.063	9.077.962
	MA	67.055.771	13.669	1.100.000
	PI	30.771.668	7.761	604.695
	CE	98.086.308	22.509	1.740.000
	RN	24.416.250	5.541	582.000
	PB	40.839.446	9.712	826.217
	PE	63.771.890	13.952	1.379.246
	AL	28.101.106	5.642	516.835
	SE	16.619.288	4.790	328.969
	BA	95.396.875	24.487	2.000.000
	Sudeste	160.891.191	45.256	4.910.000
	MG	131.669.245	37.748	3.260.000
	ES	19.642.143	4.970	450.000
	RJ	7.955.479	2.171	1.200.000
	SP	1.624.324	367	—
	Sul	154.546.628	45.714	3.675.400
	PR	68.030.054	25.081	1.692.000
	SC	34.105.273	9.085	700.000
	RS	52.411.301	11.548	1.283.400
	Centro-Oeste	93.686.904	23.456	1.960.000
	MS	15.839.594	4.048	450.000
	MT	26.870.794	4.981	440.000
	GO	36.031.308	9.786	820.000
	DF	14.945.208	4.641	250.000
	Programas Especiais*	66.220.569	—	—
	Brasil	8.315.120	—	—
	Brasil	58.919.314	—	—
	Brasil	12.500.000	—	—
	Brasil	88.641.327	—	—
	Brasil	6.822.700	—	—
	Brasil	996.372	—	—

Fonte: FAE/DAAN

(*) Atendimento a entidades tais como: FUNAI, MOBRAL, I.BA, FUNABEM, etc.

BRASIL — PROGRAMA DO LIVRO DIDÁTICO — PNLD
LIVROS, MANUAIS E CADERNOS-ATIVIDADE DISTRIBUÍDOS — 1985

UF	Livros	Manuais	Cadernos Atividade	Total
BRASIL	20.720.018	830.037	44.236	21.594.291
Norte	2.551.817	102.532	3.291	2.657.640
RO	249.850	9.992	1.839	261.681
AC	410.824	16.433	1.440	428.697
AM	732.206	29.462	10	761.678
RR	161.516	5.963	2	167.481
PA	876.591	35.845	—	912.436
AP	120.830	4.837	—	125.667
Nordeste	7.344.962	286.048	18.428	7.649.438
MA	1.168.523	44.204	1.082	1.213.809
PI	856.829	34.276	—	891.105
CE	801.339	32.009	12.660	846.008
RN	447.201	17.887	—	465.088
PB	583.649	23.421	57	607.127
PE	1.055.326	36.538	4.540	1.096.404
AL	648.399	26.542	73	675.014
FN	2.276	82	—	2.358
SE	454.668	17.972	5	472.645
BA	1.326.752	53.117	11	1.379.880
Sudeste	5.101.073	210.904	18.169	5.330.146
MG	1.720.810	79.030	16.201	1.816.041
ES	790.936	31.569	74	822.579
RJ	1.544.082	56.580	6	1.600.668
SP	1.045.245	43.725	1.888	1.090.858
Sul	2.878.343	114.753	3.860	2.996.956
PR	830.629	33.551	—	864.180
SC	881.924	35.706	2	917.632
RS	1.165.790	45.496	3.858	1.215.144
Centro-Oeste	2.843.823	115.800	488	2.960.111
MS	549.982	23.497	8	573.487
MT	832.871	26.584	410	859.865
GO	746.982	37.159	70	784.211
DF	713.988	28.560	—	742.548

Fonte: FAE/DADP

BRASIL — PROGRAMA DE MÓDULO ESCOLAR-ESTADUAL
 ESCOLAS, ALUNOS E PROFESSORES ATENDIDOS, QUANTIDADE DE MATERIAL ESCOLAR
 DISTRIBUÍDO E RECURSOS APLICADOS POR UF
 — 1985 —

ANEXO 5

U.F.	Atendimento			Material Escalar Distribuído (*)	Recursos Apliados (Cr\$ 1.000)
	Professores	Escolas	Alunos		
Brasil	26.595	4.408.859	53.105	39.654.641	24.234.188
Norte	5.786	666.824	4.191	4.561.382	3.515.929
RO	1.999	77.980	2.005	383.575	275.000
AC	...	102.366	...	687.033	472.864
AM	114	80.477	1.621	836.601	746.219
RR	265	13.615	...	414.461	323.313
PA	3.189	336.267	...	1.750.548	1.342.602
AP	218	56.119	565	489.164	355.931
Nordeste	9.034	1.575.959	29.997	14.450.620	10.170.565
MA	418	147.877	3.695	1.709.203	1.493.801
PI	427	173.262	...	1.159.829	921.717
CE	673	326.590	10.879	2.998.501	1.910.550
RN	1.219	154.732	...	940.762	868.560
PB	706	140.000	...	1.757.797	1.134.063
PE	1.423	447.798	12.145	4.230.956	2.380.503
AL	3.168	125.700	3.278	1.012.101	818.881
SE	1.000	60.000	...	641.471	642.490
BA	—	—	—	—	—
Sudeste	9.452	1.542.383	...	11.771.374	8.025.156
MG	4.936	1.315.375	...	10.317.835	6.802.968
ES	4.516	227.008	...	1.453.539	1.222.188
RJ	—	—	—	—	—
SP	—	—	—	—	—
Sul	...	211.700	7.522	5.868.392	4.926.211
PR	—	—	—	—	—
SC	—	—	—	—	—
RS	...	211.700	7.522	5.868.392	4.926.211
Centro-Oeste	2.324	411.993	11.395	3.002.873	2.596.327
MS	349	131.420	3.981	1.093.762	622.045
MT	321	47.877	1.598	406.375	509.903
GO	1.654	232.696	5.818	1.502.736	1.464.379
DF	—	—	—	—	—

Fonte: FAE/DADP

(*) Lápis, caderno, borracha, apontador, caneta esferográfica, etc.

... Dados não disponíveis.

ANEXO 6

BRASIL — PROGRAMA DE MÓDULO ESCOLAR-MUNICIPAL
 MUNICÍPIOS, ESCOLAS E ALUNOS ATENDIDOS, QUANTIDADE DE MATERIAL ESCOLAR
 DISTRIBUÍDO, PUBLICAÇÕES ADQUIRIDAS E RECURSOS APLICADOS POR UF
 — 1985 —

U.F.	Atendimento			Material Escolar Distribuído (*)	Publicações Adquiridas	Recursos APLICADOS (Cr\$ 1.000)
	Municípios	Escolas	Alunos			
Brasil	188	7.618	681.048	5.080.824	1.597	2.838.135
Norte	7	531	32.776	184.759	15	77.680
RO	1	51.800	—	26.880
AC	1	17	700	18.050	—	6.514
AM	—	—	—	—	—	—
RR	—	—	—	—	—	—
PA	5	514	32.076	114.909	15	44.286
AP	—	—	—	—	—	—
Nordeste	38	2.919	218.839	1.978.552	405	1.250.558
MA	5	534	25.972	192.850	1	187.302
PI	3	130	3.066	86.522	20	39.089
CE	3	379	23.560	367.760	210	266.381
RN	1	41	5.874	25.510	—	12.000
PB	5	144	12.675	79.115	170	63.395
PE	5	388	45.900	302.641	—	125.876
AL	2	110	10.975	84.320	4	28.346
SE	2	63	22.262	458.585	—	376.447
BA	12	1.130	68.555	381.249	—	151.722
Sudeste	83	2.246	248.126	1.739.949	771	862.562
MG	61	1.457	168.961	1.328.344	532	678.276
ES	5	324	9.951	122.308	—	46.908
RJ	1	27	1.085	1.300	52	1.459
SP	16	438	68.129	287.997	187	135.919
Sul	35	1.172	118.806	381.619	153	172.202
PR	7	267	61.505	117.380	11	61.781
SC	14	364	23.168	132.576	60	62.462
RS	14	541	34.133	131.663	82	47.959
Centro-Oeste	25	750	62.501	795.945	253	475.133
MS	16	440	49.693	632.295	69	332.176
MT	2	32	2.500	25.100	—	18.272
GO	7	278	10.308	138.550	184	124.685
DF	—	—	—	—	—	—

Fonte: FAE/DADP

(*) Lápis, caderno, borracha, apontador, caneta esferográfica, etc.

... Dados não disponíveis.

EDITORAÇÃO E MATERIAL ESCOLAR
ATIVIDADES EM 1985

ANEXO 7

A. EDITORAÇÃO

1. Recursos Aplicados (Cr\$ 1.000).....	4.801.001
2. N.º de Títulos Encomendados.....	26
3. Quantidade de Exemplares Encomendados.....	641.000
4. N.º de Títulos Produzidos.....	22
5. Quantidade de Exemplares Produzidos.....	789.890

B. MATERIAL ESCOLAR

B.1. Fabricação Própria

1. Recursos Aplicados na Aquisição de Matéria-Prima (Cr\$ 1.000).....	11.667.577
2. Quantidades Produzidas:	
a) Bloco de Desenho.....	83.786
b) Bloco de Rascunho.....	611.790
c) Cadernos — Linha FAE.....	29.029.767
d) Cadernos — Linha Especial.....	—
e) Papel Almaço.....	3.104.562
f) Outros.....	—
g) Total.....	32.829.995

B.2. AQUISIÇÃO DE TERCEIROS

1. Recursos Aplicados (Cr\$ 1.000).....	51.511.788
2. Quantidades Adquiridas:	
a) Apontador.....	6.400.000
b) Borracha Escolar.....	30.098.687
c) Caneta Esferográfica.....	12.247.600
d) Lápis de Cor (caixa).....	6.551.620
e) Lápis Preto.....	98.662.056
f) Régua.....	660.000
g) Outros.....	10.767.256
h) Total.....	165.387.219

BRASIL — MATERIAL ESCOLAR DISTRIBUÍDO POR PROGRAMA, SEGUNDO O TIPO
— 1985 —

ANEXO 8

Tipo/Característica	Módulo Escolar		Programa de Vendas		Programas Especiais			Total Geral
	Estadual (*)	Municipal	Postos	Institu- cional	Edurural	Monhangara	GETAT	
Apontador	2.058.905	244.146	926.447	464.738	757.736	343.229	20.360	4.815.561
Bloco de Desenho	104.125	9.803	337.715	180.424	—	24.682	20.360	677.109
Bloco de Rascunho	172.886	66.399	209.296	80.690	—	180.556	—	709.807
Borracha Escolar	10.836.760	743.882	1.839.071	5.364.324	2.964.764	648.887	40.760	22.438.408
Caderno Linha FAE	19.920.952	2.010.172	8.741.987	10.737.911	3.623.699	1.752.923	101.800	46.889.444
Caderno Extra-Linha	241.431	15.884	2.269.262	595.029	65.818	22.318	—	3.209.742
Caneta Esferográfica	1.907.286	324.363	3.438.681	1.076.023	131.638	204.747	40.720	7.123.458
Lápis de Cor (caixa)	416.435	167.861	1.404.567	607.767	724.826	288.527	20.360	3.630.343
Lápis Preto	20.625.399	1.065.533	7.902.064	13.220.847	4.480.056	2.089.659	122.160	49.505.718
Papel Almaço	542.661	74.344	877.126	3.331.666	267.810	76.899	—	5.170.506
Régua (30 cm)	282.950	90.750	763.766	327.280	—	64.293	20.360	1.549.399
Outros	570.140	267.687	3.720.568	1.200.936	2.150.932	795.274	—	8.705.537
Total Material Escolar	57.679.910	5.080.824	32.430.550	37.187.635	15.167.279	6.491.994	386.840	154.425.032
Editoração (Exemplar)	—	1.597	396.138	64.484	90.780	1.234	—	630.605
Total Geral	57.679.910	5.082.421	32.826.688	37.252.119	15.258.059	6.493.228	386.840	155.055.637

Fonte: FAE/DADP

(*) Constam dessa distribuição a quantia de 18.025.269 Materiais Escolares, adquiridos no ano de 1984 e remetido às UF's em 1985.

- Receitas auferidas com a venda de Material Escolar (Cr\$ 1.000):
 - a) Módulo Escolar..... 13.831.076
 - b) Módulo Escolar Municipal..... 1.240.762
 - c) Postos de Vendas..... 16.677.432
 - d) Vendas Institucionais..... 18.032.176
 - e) Programas Especiais (Monhangara e Edurural)..... 10.347.209
 - f) Receita Total..... 60.128.655

BRASIL — PROGRAMA SALAS DE LEITURA
 LIVROS E REVISTAS/JORNais ADQUIRIDOS E RECURSOS APLICADOS NA AQUISIÇÃO
 DE LIVROS E ASSINATURA DE REVISTAS/JORNais E EM AMBIENTAÇÃO, POR UF
 — 1985 —

ANEXO 9

U.F.	Livros (Exemplar)	Revistas e Jornais (Assinatura)	Recursos Aplicados (Cr\$ 1.000)			
			Livro	Ambientação	Revistas	Total
Brasil	1.529.471	467.736	7.571.714	1.717.686	3.694.317	12.983.717
Norte	104.341	83.431	470.910	156.364	268.398	895.672
RO	—	10.584	—	—	51.198	51.198
AC	—	262	—	—	8.742	8.742
AM	48.160	20.915	214.945	92.630	49.454	357.029
RR	1.879	10.037	12.552	—	19.998	32.550
PA	35.679	41.557	160.840	42.382	131.496	334.718
AP	18.623	76	82.573	21.352	7.510	111.435
Nordeste	532.114	145.652	2.447.876	637.989	1.008.030	4.093.895
MA	30.312	41.216	132.349	33.794	100.210	266.353
PI	—	741	—	—	41.756	41.756
CE	68.763	2.393	327.956	85.200	44.106	457.262
RN	37.034	21.586	162.636	46.767	69.962	279.365
PB	125.557	51.574	582.577	210.453	460.780	1.253.810
PE	171.922	3.630	735.268	184.855	91.109	1.011.232
AL	6.955	20.676	46.462	—	111.681	158.143
SE	24.498	552	163.656	—	9.268	172.924
BA	67.073	3.284	296.972	76.920	79.158	453.050
Sudeste	405.624	36.476	2.185.721	535.496	1.134.958	3.856.175
MG	142.248	12.463	940.778	178.229	578.303	1.697.310
ES	18.156	1.716	79.450	20.324	109.583	209.357
RJ	122.576	5.542	554.074	242.011	74.056	870.141
SP	122.644	16.755	611.419	94.932	373.016	1.079.367
Sul	366.961	47.800	1.865.870	301.823	779.935	2.947.628
PR	126.534	8.842	657.626	116.315	432.781	1.206.722
SC	130.220	24.379	567.549	144.704	131.607	843.860
RS	110.207	14.579	640.695	40.804	215.547	897.046
Centro-Oeste	111.811	127.749	548.304	86.014	366.176	1.000.494
MS	15.225	31.640	66.306	16.822	91.260	174.388
MT	—	1.284	—	—	24.450	24.450
GO	96.586	44.012	481.998	69.192	154.950	706.140
DF	—	50.813	—	—	95.516	95.516
Ativ.						
Complementar	8.620	26.628	53.033	—	136.820	189.853

Fonte: FAE/DIAFACOM

BRASIL — PROGRAMA DE BOLSAS DE ESTUDO DE 1.º GRAU
 NÚMERO DE BOLSAS DISTRIBUÍDAS E RECURSOS APLICADOS, POR UF
 — 1985 —

U.F.	Número de Bolsas Distribuídas	Recursos APLICADOS (Cr\$ 1.000)
Brasil	84.507	10.857.780
Norte	2.245	332.520
RO	84	13.080
AC	328	62.460
AM	259	45.060
PA	1.574	211.920
Nordeste	57.595	7.090.260
MA	9.601	1.174.020
PI	6.367	774.600
CE	17.413	2.135.880
RN	2.186	270.540
PB	6.618	802.680
PE	2.909	382.740
AL	3.306	413.760
SE	1.567	193.740
BA	7.628	942.300
Sudeste	17.205	2.356.140
MG	5.506	771.240
ES	701	93.240
RJ	9.426	1.234.860
SP	1.572	256.800
Sul	4.380	641.100
PR	2.066	306.240
SC	958	136.200
RS	1.356	198.660
Centro-Oeste	3.082	437.760
MS	484	84.240
MT	393	59.460
GO	2.046	268.260
DF	159	25.800

Fonte: FAE/DIACOM

Nota: Valores da Bolsa na UF: Máximo — Cr\$ 240.000

Médio — Cr\$ 180.000

Mínimo — Cr\$ 120.000

BRASIL — PROGRAMA DE BOLSAS DE ESTUDO DE 2º GRAU
 NÚMERO DE BOLSAS DISTRIBUÍDAS E RECURSOS APLICADOS, POR UF
 — 1985 —

ANEXO 11

U.F.	Número de Bolsas Distribuídas	Recursos APLICADOS (Cr\$ 1.000)
Brasil	62.295	9.678.300
Norte	1.255	209.025
AC	115	23.325
AM	121	21.375
PA	1.019	164.325
Nordeste	34.239	5.208.300
MA	5.999	909.975
PI	2.654	402.300
CE	11.292	1.709.325
RN	1.464	223.875
PB	2.803	425.625
PE	2.717	424.050
AL	1.136	176.325
SE	1.568	236.775
BA	4.606	700.050
Sudeste	19.470	3.059.850
MG	8.012	1.250.775
ES	561	90.525
RJ	8.470	1.310.400
SP	2.427	408.150
Sul	4.535	750.750
PR	1.696	283.275
SC	1.735	286.050
RS	1.104	181.425
Centro-Oeste	2.796	450.375
MS	394	71.550
MT	281	47.925
GO	1.910	298.350
DF	211	32.550

Fonte: FAE/DIACOM

Nota: Valores da Bolsa na UF: Máximo — Cr\$ 300.000
 Médio — Cr\$ 225.000
 Mínimo — Cr\$ 150.000

BRASIL — PROGRAMA BOLSAS DE ESTUDO DE 2º GRAU-FAE
 NÚMERO DE BOLSAS DISTRIBUÍDAS E RECURSOS APLICADOS, POR UF
 — 1985 —

ANEXO 12

U.F.	Número de Bolsas Distribuídas	Recursos Aplicados Cr\$ 1.000
Brasil	6.512	3.008.647
Norte	1.553	594.875
AC	220	95.000
AM	1.333	499.875
Nordeste	2.000	680.000
SE	2.000	680.000
Sudeste	1.985	1.001.475
MG	625	500.000
ES	1.355	499.995
RJ	5	1.480
Centro-Oeste	974	732.297
GO	964	724.477
DF	10	7.820

Fonte: FAE/DIACOM

BRASIL — PROGRAMA DE BOLSAS DE TRABALHO DE 2º GRAU
 NÚMERO DE BOLSAS DISTRIBUÍDAS E RECURSOS APLICADOS, POR UF
 — 1985 —

ANEXO 13

U.F.	Número de Bolsas Distribuídas	Recursos APLICADOS (Cr\$ 1.000)
Brasil	11.265	6.498.582
Norte	1.301	703.792
AC	218	150.420
AM	593	336.612
PA	200	115.200
AP	290	101.560
Nordeste	4.656	2.742.012
MA	170	117.300
PI	895	487.502
CE	665	472.710
RN	1.049	573.450
PB	238	134.130
PE	316	193.200
AL	812	502.800
SE	249	110.720
BA	262	150.200
Sudeste	2.118	959.343
MG	390	266.913
ES	1.000	201.330
RJ	586	392.550
SP	142	98.550
Sul	1.863	1.392.400
PR	310	214.000
SC	1.310	925.580
RS	243	252.820
Centro-Oeste	1.327	701.035
MS	430	240.435
MT	90	56.400
GO	775	381.800
DF	32	22.400

Fonte: FAE/DIACOM

Notas: 1. Valor da Bolsa a nível nacional — 1º Sem/85 — Cr\$ 90.000
 2. Valor da Bolsa a nível nacional — 2º Sem/85 — Cr\$ 140.000

BRASIL — PROGRAMA DE SAÚDE DO ESCOLAR
 NÚMERO DE ESCOLAS E ALUNOS BENEFICIADOS E RECURSOS APLICADOS, POR UF
 — 1985 —

ANEXO 14

U.F.	Número de Escolas Beneficiadas	Número de Alunos Beneficiados	Recursos APLICADOS (Cr\$ 1.000)
Brasil	507	1.332.057	7.584.147
Norte	18	152.943	854.500
RO	15	97.000	239.200
AM	1	13.200	405.000
RR	1	22.743	(1) 100.000
AP	1	20.000	110.300
Nordeste	135	319.854	2.274.090
MA	1	41.824	250.000
RN	1	18.632	(1) 450.000
PB	95	106.602	300.000
AL	36	90.796	(1) 450.000
BA	2	62.000	824.090
Sudeste	306	421.530	1.265.000
MG	300	331.800	600.000
ES	5	84.467	465.000
SP	1	5.263	200.000
Sul	4	32.495	1.385.600
PR	(*)	(*)	500.000
SC	4	32.495	885.600
Centro-Oeste	44	405.235	1.740.332
MS	2	52.000	543.332
MT	1	18.000	97.000
GO	40	295.235	700.000
DF	1	40.000	(1) 400.000
Entid. Filantrópica (2)	—	—	20.000
Consultoria	—	—	44.625

Fonte: FAE/DIACOM

(1) Recursos liberados no exercício de 1985 para projetos encaminhados em 1984.

(2) Entidade: Ação Social Franciscana.

(*) O Programa abrange todo o Ensino de 1º Grau do Estado, com recursos na sua quase totalidade à conta da SEC/PR, cabendo à FAE a complementação dos Cr\$ 500,0 milhões ali alocados.

BRASIL — PROGRAMA DE RESIDÊNCIA ESTUDANTIL
 NÚMERO DE MUNICÍPIOS, RESIDÊNCIAS E ALUNOS BENEFICIADOS E RECURSOS
 APLICADOS, POR UF — 1985

ANEXO 15

U.F.	Número de Municípios Beneficiados	Número de Residências Beneficiadas	Número de Residentes	Recursos Aplicados (Cr\$ 1.000)
Brasil	6	1.557	7	632.004
Norte	1	20	1	19.438
AC	1	20	1	19.438
Nordeste	3	1.037	4	350.138
PI	1	393	2	82.996
RN	1	600	1	42.000
PB	1	44	1	225.142
Sudeste	1	350	1	152.428
MG	1	350	1	152.428
Sul	1	150	1	110.000
RS	1	150	1	110.000

Fonte: FAE/DIACOM

BRASIL — PROGRAMA AUXÍLIO-MANUTENÇÃO
 NÚMERO DE MUNICÍPIOS E ESCOLAS BENEFICIADAS E RECURSOS APLICADOS, POR
 UF

ANEXO 16

1985

U.F.	Número de Municípios Beneficiados	Número de Escolas Beneficiadas	Recursos APLICADOS (Cr\$ 1.000)
Brasil	40	40	715.150
Norte	3	3	60.500
AM	1	1	13.000
RR	1	1	34.500
PA	1	1	13.000
Nordeste	11	11	162.750
MA	1	1	16.000
CE	2	2	30.000
RN	1	1	16.750
PB	1	1	16.000
PE	3	3	42.000
AL	1	1	14.000
SE	1	1	14.000
BA	1	1	14.000
Sudeste	14	14	186.000
MG	11	11	147.000
ES	3	3	39.000
Sul	6	6	114.900
SC	2	2	33.700
RS	4	4	81.200
Centro-Oeste	6	6	191.000
MS	1	1	69.000
MT	2	2	27.000
GO	2	2	26.000
DF	1	1	69.000

Fonte: FAE/DIACOM

BRASIL — PROGRAMA EDURURAL — MUNICÍPIOS, ESCOLAS, PROFESSORES E ALUNOS
 BENEFICIADOS, QUANTIDADE DE MATERIAL ESCOLAR E DIDÁTICO
 UF — 1985

ANEXO 17

UF	Municípios	Escolas	Professores	Alunos	Quantidade Distribuída	
					Material Escolar	Publicação
MA	24	2.681	4.848	103.080	2.142.146	10.724
PI	35	3.998	4.064	98.291	2.080.677	15.992
CE	54	6.928	10.615	185.879	4.141.758	27.712
RN	14	803	1.834	42.479	869.249	3.212
PB	31	1.253	2.421	29.716	653.205	5.012
PE	29	1.777	2.729	89.495	1.812.674	7.108
AL	13	602	1.012	23.360	483.536	2.408
SE	15	1.087	2.378	48.696	1.007.364	4.348
BA	36	3.566	3.009	94.645	1.976.670	14.264
Total	251	22.695	32.910	715.641	15.167.279	90.780

Fonte: FAE/DIPLAN

Foram aplicados na execução do programa, recursos da ordem de Cr\$ 210.187,0 mil em Recursos Humanos e de Cr\$ 51.022,0 mil com o componente Material de Ensino-Aprendizagem.

BRASIL — PROGRAMA GETAT — MUNICÍPIOS E ALUNOS BENEFICIADOS,
MÓDULOS DISTRIBUÍDOS E RECURSOS APLICADOS, POR UF — 1985

ANEXO 18

U.F.	Número de Municípios Beneficiados	Número de Alunos Beneficiados	Módulos Distribuídos (*)	Recursos APLICADOS (Cr\$ 1.000)
Pará	11	8.680	8.680	122.822
Maranhão	12	5.440	5.440	76.976
Goiás	19	6.240	6.240	88.296
Total	42	20.360	20.360	288.094

Fonte: FAE/DIPLAN

(*) Composição de Módulos: apontador, bloco, cadernos, lápis, etc...

BRASIL — PROGRAMA MONHANGARA — MUNICÍPIOS BENEFICIADOS E
NÚMERO DE TREINANDOS DOS CURSOS DE CAPACITAÇÃO POR UF — 1985

ANEXO 19

UF	Municípios Beneficiados	Treinandos (*)
RO	3	223
AC	1	206
AM	2	463
RR	1	320
PA	3	776
AP	1	787
MS	4	155
MT	4	701
GO	6	1.262
Total	25	4.893

Fonte: FAE/DIPLAN

(*) Diretores, Vice-Diretores, Supervisor Pedagógico, Docentes da 1.^a à 4.^a Séries, Merendeiras, etc...

EVOLUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FONTE DE RECURSOS — 1984-85

ANEXO 20

Código/Fonte de Recursos	Exercício				Evolução Orçamentária (%)	
	1984		1985			
	Orçamento (Cr\$ Mil)	%	Orçamento (Cr\$ Mil)	%		
000 — Recursos Ordinários — Tesouro Nacional	16.424.200	4,52	85.346.200	5,28	419,63	
053 — Contribuição para o Fundo de Investimento Social	70.000.000	19,28	1.378.019.350	85,32	1.868,59	
061 — Recursos de Programas Especiais (PIN e PROTERRA)	—	—	45.000	0,02	—	
064 — Outros Recursos de Encargos Gerais da União	108.000	0,03	—	—	—	
065 — Recursos do Fundo de Investimento Social	184.560.000	50,84	—	—	—	
070 — Recursos Diretamente Arrecadados — Próprios	21.783.862	6,00	91.634.471	5,67	320,65	
081 — Recursos de Convênios com Órgãos Federais — Tesouro	10.000	0,01	—	—	—	
082 — Recursos de Convênios com Órgãos não Federais	1.491.982	0,41	3.307.103	0,20	121,65	
083 — Recursos de Convênios com Órgãos Federais — Outras Fontes	—	—	—	—	—	
084 — Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação — FNDE	8.030.000	2,21	—	—	—	
085 — Recursos do Fundo N. de Desenv. da Educação — Salário Educação	30.361.400	8,36	40.898.800	2,53	34,70	
090 — Recursos Diversos — Saldo de Exercícios Anteriores	30.281.618	8,34	15.781.850	0,98	(—) 47,88	
Total	363.051.062	100,00	1.615.032.774	100,00	344,85	

Fonte: FAE/DIPLAN

Evolução Orçamentária por Projeto/Atividade — 1984-85

ANEXO 21

Projeto/Atividade	Exercício				Evolução Orçamentária 85/84 %	
	1984		1985			
	Orcamento (Cr\$ Mil)	%	Orcamento (Cr\$ Mil)	%		
Incorporação Áreas Físicas	—	—	800.000	0,05	—	
IRHJP — Manutenção Acadêmica	1.476.685	0,41	2.701.899	0,17	82,97	
Manutenção Administrativa da FAE	15.008.565	4,13	59.321.870	3,67	295,25	
Saúde Escolar	4.225.700	1,16	12.729.078	0,79	201,23	
Bolsas de Estudo 1º Grau	4.965.380	1,37	11.083.500	0,69	123,21	
Livro Didático — Ensino Fundamental	33.006.182	9,09	90.560.316	5,61	174,37	
Módulos Escolares	20.107.586	5,54	157.181.290	9,73	649,54	
PNAE — Alimentação Escolar	272.970.320	75,18	1.224.668.592	75,82	348,64	
Residência Estudantil	599.289	0,17	1.269.000	0,08	111,75	
Bolsas de Estudo 2º Grau	(1) 8.058.848	2,22	(2) 43.884.047	2,72	444,54	
PASEP	2.468.458	0,68	10.833.162	0,67	338,86	
Associativismo Estudantil	164.049	0,05	—	—	—	
Total	363.051.062	100,00	1.615.032.774	100,00	344,85	

Fonte: FAE/DIPLAN

(1) Inclui os valores de Cr\$ 639,390 milhões para Bolsas de Trabalho, e Cr\$ 343,993 milhões, para Bolsas/Asmec.

(2) Inclui os valores de Cr\$ 12,130 milhões para Bolsas de Trabalho, e Cr\$ 3 milhões para Bolsas de Estudo 2º Grau-FAE.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (INICIAL E FINAL) E FINANCEIRA POR PROJETO/ATIVIDADE — 1985 —

ANEXO 22

Projeto/Atividade	Execução Orçamentária (Cr\$ Mil)			Empenhado Provisionado (Cr\$ Mil) (C)	Execução Financeira (Cr\$ Mil)	
	Inicial (A)	Final (B)	B/A (%)		Pago (D)	Saldo (C-D)
Incorp. Áreas Físicas	—	800.000	—	800.000	752.666	47.334
IRHJP — Manutenção Acadêmica	1.260.000	2.701.899	114,4	2.164.668	1.925.179	239.489
Manut. Administ. da FAE	15.990.000	59.321.870	271,0	51.826.232	50.346.255	1.479.977
Saúde Escolar	10.000.000	12.729.098	27,3	8.195.315	6.743.062	1.452.253
Bolsas de Estudo 1º Grau	11.083.500	11.083.500	—	10.857.780	10.857.780	—
Livro Didático — Ensino Fundamental	88.978.100	90.560.316	1,8	89.848.591	76.702.641	13.145.950
Módulos Escolares	83.837.200	157.181.290	87,5	92.991.059	88.642.543	4.338.516
PNAE — Alimentação Escolar	952.400.000	1.224.668.592	28,6	1.203.421.479	691.340.286	512.081.193
Residência Estudantil	1.000.000	1.269.000	26,9	631.004	542.047	89.957
Bolsas de Estudo 2º Grau	1.964.600	43.884.047	2.133,7	19.900.680	19.900.680	—
PASEP	12.784.000	10.833.162	(—) 15,26	10.833.162	3.543.516	7.289.646
Total	1.179.297.400	1.615.032.774	36,9	1.491.470.970	951.306.655	540.164.315

Fonte: FAE/DIPLAN